

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Valdeci Ferreira da Silva Junior<sup>1</sup>  
Sandrine Maria Silva de Mendonça<sup>2</sup>  
Polliana Barboza da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem o objetivo de analisar a formação dos professores no Brasil para a atuação na educação inclusiva nas escolas. Ao longo do nosso estudo, retratado aqui, apontamos as dificuldades que se apresentam no processo de formação dos professores, citando a evolução desse processo, desde a criação do Instituto dos Meninos Cegos até o atual cenário que exige um professor cada vez mais atento as necessidades de seus alunos, com a demanda cada vez maior de estudantes com deficiência que convivem com outras crianças no mesmo ambiente escolar e uma academia que forme profissionais capazes de enfrentar estas dificuldades. Além das condições que são impostas a estes profissionais, a falta de políticas públicas por parte dos governantes, são travas que impedem um trabalho mais eficiente.

**Palavras-Chave:** Formação dos Professores. Inclusão. Escola.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze the training of teachers in Brazil to work in inclusive education in schools. Throughout our study, portrayed here, we point out the difficulties that arise in the teacher training process, citing the evolution of this process, from the creation of the Instituto dos Meninos Cegos to the current scenario that requires a teacher increasingly attentive to the needs of its students, with the increasing demand of students with disabilities who live with other children in the same school environment and an academy that trains professionals capable of facing these difficulties. In addition to the conditions imposed on these professionals, the lack of public policies on the part of those in government are obstacles that prevent more efficient work.

1139

**Keywords:** Teacher Training. Inclusion. School.

### I. INTRODUÇÃO

O nosso trabalho apresenta discussões sobre a formação dos professores no Brasil direcionada para a Educação Inclusiva, com foco nas pessoas com deficiência, partindo de uma revisão integrativa. Entendendo que a educação inclusiva é um modelo pedagógico que reconhece e valoriza as diferenças individuais dos estudantes, promovendo a equidade e a participação de todos no processo educacional. Este conceito abrange uma variedade de práticas e métodos de ensino que são projetados para atender às necessidades de aprendizagem de alunos

<sup>1</sup>Mestrando em Ciências da Educação pela Veni Creator Chrtian University.

<sup>2</sup>Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Chrtian University.

<sup>3</sup>Doutora em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS). Docente da Pós-Graduação em Ciências da Educação pela Veni Creator Chrtian University.

com diferentes habilidades, incluindo aqueles com deficiências, dificuldades de aprendizagem ou desafios emocionais e sociais. A educação inclusiva busca remover barreiras à aprendizagem e participação, e enfatiza a importância de um ambiente de apoio que adapta o currículo, os materiais didáticos e as estratégias de ensino para garantir que cada aluno possa alcançar seu potencial máximo. Além disso, promove a conscientização e o respeito pela diversidade dentro da sala de aula e na sociedade como um todo, preparando os alunos para viver e trabalhar em um mundo diversificado e globalizado. Neste sentido a formação de professores desempenha um papel crucial na educação inclusiva, pois é através dela que os educadores adquirem as competências necessárias para atender às diversas necessidades de todos os alunos. Professores bem preparados são capazes de criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e adaptativo, que respeita as diferenças individuais e promove a igualdade de oportunidades, e, assim, desenvolver métodos de ensino que valorizam a diversidade, empregam recursos didáticos acessíveis e implementam estratégias pedagógicas que favorecem a participação efetiva de estudantes com diferentes habilidades e backgrounds. Além disso, a formação continuada em educação inclusiva permite que os professores se mantenham atualizados sobre as melhores práticas e as inovações pedagógicas que podem facilitar o aprendizado de todos.

Neste sentido, evidenciamos algumas problematizações que estão em torno do objeto de estudo. Assim, muitas vezes, no exercício da atividade pedagógica, não dispomos das necessárias orientações para lidar com situações de inclusão e que os professores tem de partir para um trabalho de pesquisa individual. Somando-se a isso a falta de uma estrutura adequada as pessoas com deficiência ou necessidades especiais. Assim, Toledo e Martins dizem que, no contexto atual, as unidades de ensino, principalmente a pública, vêm recepcionando cada vez mais, alunos/as com NEE, e o quadro de professores não se encontra no nível adequado para atender a demanda desses ditos especiais e, a estrutura física deixa muito a desejar no quesito da adaptação para os vários tipos de deficiência física e mental, e a capacitação desses profissionais envolvidos, tem que ser, na urgência devida, permanente, para assim, assumirem na prática uma escola inclusiva, debruçando no contexto individual, social e familiar do aluno, aferindo, se o ensino-aprendizado esta surtindo efeito na totalidade das ações planejadas e contribuindo na pratica, para o desenvolvimento do cidadão/ã portador/a de NEE, para superarem os desafios escolares. (TOLEDO e MARTINS 2009).

Ainda neste contexto, esta realidade não pertence apenas a pequenas cidades no interior do Nordeste ou dos rincões do país, ela é mais ampla, e desafia a Educação de todo país, onde a

formação de professores tende a procurar a melhor forma de preparar profissionais capazes de atender às demandas de uma educação verdadeiramente inclusiva. Enfatizamos a importância de um currículo de formação docente que esteja alinhado com as necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, mas é na prática que as coisas acontecem, que as realidades se aproximam, e que as dificuldades são superadas, cabe ao professor alinhar esta prática com estas demandas. Pois “é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”, (STAINBACK E STAINBACK, 1999).

Os governantes precisam também assumir sua parcela de contribuição para enfrentar os desafios e buscar compreender como os programas de formação de professores podem ser aprimorados para promover uma aprendizagem acessível e equitativa. É preciso entender que a busca por uma melhor formação parte das políticas públicas, mais acessíveis e mais sensíveis às necessidades de quem busca a Educação Especial. Isso fomenta a necessidade de repensar a formação docente, a qual deve levar em consideração os saberes dos professores e as realidades específicas de seu trabalho cotidiano. Apesar disso, a formação de professores para atuar na Educação Especial continua em aberto, embora tenha ganhado importância nas últimas décadas (SAVIANI, 2009).

### **A Educação Inclusiva no Brasil ao longo dos anos**

Ao longo dos anos a educação nunca foi inclusiva, ela privilegiou os melhores, aqueles que tinham uma capacidade de resolver questões em menos tempo e de acordo com o padrão preestabelecido, ou reproduzir comportamentos ou respostas previamente induzidas, decoradas pelos estudantes, sem se preocupar com os diferentes, ou os que tinham uma capacidade limitada. Vimos até a criação de escolas apartadas, específicas para as crianças com deficiência, em sua maioria privadas. Segundo os estudos de Enicéia Mendes, a educação especial no Brasil, com foco na inclusão e no atendimento às necessidades de indivíduos com deficiências, tem um histórico significativo que remonta ao século XIX. A criação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, e do Instituto Nacional de Surdos-Mudos em 1857, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos, representam marcos pioneiros nesse percurso. Essas instituições surgiram em um contexto onde a deficiência era frequentemente vista sob uma perspectiva de assistencialismo e segregação. No entanto, esses

institutos foram fundamentais para começar a mudar a percepção e o tratamento das pessoas com deficiência no Brasil.

Ainda de acordo com Enicéia Mendes, o Instituto Benjamin Constant foi o primeiro do gênero na América Latina, dedicado exclusivamente à educação de pessoas cegas. Sua fundação foi inspirada por modelos europeus e representou um avanço significativo na época, oferecendo não apenas educação, mas também formação profissional, possibilitando que seus alunos se tornassem membros ativos da sociedade. Da mesma forma, o Instituto Nacional de Educação de Surdos foi uma das primeiras instituições do mundo a se dedicar à educação de pessoas surdas, promovendo métodos de ensino adaptados e comunicação por meio da língua de sinais. Ao longo dos anos, essas instituições evoluíram e se adaptaram às mudanças nas políticas educacionais e nas abordagens pedagógicas. O movimento pela educação inclusiva, que ganhou força no Brasil a partir da década de 1990, trouxe novos desafios e oportunidades para a educação especial. A inclusão escolar passou a ser vista como um direito, e não mais como um favor ou serviço especializado para poucos. Isso significou que as escolas regulares deveriam se adaptar para receber todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas (MENDES, 2010).

Sobre isso, Jannuzzi (1992) aponta que, durante 20 anos, após 1937, esse processo histórico 1142  
predominou seguido de uma privatização da educação para pessoas com deficiência, devido ao descaso do poder público com essa responsabilidade. Mendes, (2020) afirma que, após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, há um crescimento significativo de instituições privadas de cunho tópico. Essa característica neste período nos revela uma omissão do setor público educacional que mobilizou parte da sociedade civil organizada para preencher este espaço, muitas vezes, estas organizações contavam com apoio financeiro e parcerias dos governos, mas como uma iniciativa da assistência social. Somente a partir da promulgação da Constituição de 1988 é que o movimento de inclusão se torna mais evidente e força a retirada da educação inclusiva da pauta assistencialista proporcionando sua entrada no sistema educacional a partir do Inciso III, artigo 208 da CF/1988, que garante o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988). O que resultou em outras leis e normativas que passam a regular e determinar como esta inclusão deveria ser exercida nas escolas, a exemplo da LDBEN, o ECA, entre outras, além de tratados internacionais, os quais o Brasil passou a ser signatário, como a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos

(Declaração de Jomtien) que estabelece o compromisso global de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas, enfatizando a importância da educação para a dignidade e o desenvolvimento integral dos indivíduos e a Declaração de Salamanca, que enfatizando o direito de todos à educação, independentemente de necessidades especiais, propondo que sistemas educacionais se adaptem para atender à diversidade dos alunos, e não o contrário. Essas regulações ampliaram as possibilidades, e garantiram a participação do Estado, obrigando-o a ter uma política pública de atenção e de inclusão as pessoas com deficiência.

Vencida a batalha quanto a garantir a legislação e a política pública, trazendo o Estado como responsável e principal ator deste processo, era necessário agora garantir que a formação dos professores fosse direcionada a execução dessas prerrogativas, pois caberiam a eles, no final, fazerem esta inclusão. Somente na primeira década dos anos 2000 é que se estabeleceram as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), que orientam os sistemas de ensino a se organizarem para incluir alunos com necessidades educacionais especiais. Este marco regulatório visa garantir o acesso e a qualidade da educação, promovendo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e a Política Nacional para a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que visa garantir o acesso e a inclusão de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação no sistema educacional regular. Ela promove uma educação inclusiva, que respeita as diferenças e valoriza a igualdade de oportunidades. As diretrizes dessa política enfatizam a importância de um sistema educacional que se adapte para atender às necessidades específicas de cada aluno, assegurando assim o direito à educação de qualidade para todos. Mas ao analisarmos as concepções de aprendizagem vistas nesta etapa, encontramos a abordagem do psicólogo russo Lev Vygotsky, que propôs a teoria da zona de desenvolvimento proximal, segundo a qual o aprendizado ocorre quando o sujeito realiza atividades que estão além do seu nível de desenvolvimento atual, mas que podem ser realizadas com a ajuda de alguém mais experiente ou de recursos mediadores. Essa teoria implica em uma educação que valorize a diversidade, a cooperação e a mediação pedagógica (VYGOTSKY, 1998).

Segundo Sanches e Teodoro, “numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da Educação” (SANCHES E TEODORO, 2007). Neste sentido, o professor que deve escolher as competências e as

habilidades a serem desenvolvidas para ensinar crianças com deficiência, como o conhecimento das características e das potencialidades de cada aluno, a capacidade de planejar e de realizar adaptações curriculares, a utilização de recursos e de tecnologias assistivas, a comunicação efetiva e afetiva, a colaboração com as famílias e com os profissionais da rede de apoio, entre outras ações de acordo com as necessidades verificadas em sala de aula. Assim, preconiza-se que a educação inclusiva aconteça nas instituições de ensino, procurando uma cultura de escola e de sala de aula que, partindo da diversidade como lema, tenha como objetivo primeiro o desenvolvimento global dos alunos (CORREIA, 2013).

## 2. Os Desafios para a Formação dos Professores Voltados para a Educação Inclusiva

A formação de professores para a educação inclusiva no Brasil representa um desafio multifacetado, que envolve muitos fatores e atores, além de uma mudança de mentalidade dos envolvidos. Entre estes fatores podemos citar a reestruturação curricular, a capacitação prática, além da já citada mudança de mentalidades. Primeiramente, é essencial que os currículos de formação docente incorporem disciplinas que abordem a diversidade humana, as necessidades especiais e as estratégias pedagógicas adaptativas. Além disso, é crucial que os professores em formação tenham oportunidades de experiência prática em ambientes educacionais inclusivos, para que possam desenvolver habilidades e sensibilidades necessárias para atender a todos os alunos. Outro aspecto importante é a promoção de uma cultura de inclusão dentro das instituições de ensino, que muitas vezes requer uma transformação nas atitudes e percepções dos futuros educadores. Isso implica em treinamentos e workshops que enfatizem a importância da inclusão e do respeito às diferenças. A colaboração entre universidades, escolas e organizações especializadas em educação inclusiva pode enriquecer o processo de formação, trazendo perspectivas e conhecimentos práticos mais amplos. Mas por muitos anos as necessidades das pessoas com deficiência foi deixada de lado, no que Soares define a situação como:

Tomar, então, como objeto de conhecimento um ramo da Educação Especial ou a Educação Especial nas suas várias especializações e desconsiderar o seu isolamento da Educação (comum) é, ao meu ver, ignorar o componente fundamental do objeto que está se propondo conhecer. A sua adjetivação é a sua própria constituição enquanto objeto, mas que só pode ser apreendida, globalmente, se remetida ao seu substantivo, (SOARES, 1999).

Ao longo do tempo as opções foram surgindo e se trilhou um caminho para enfrentar o desafio da educação especial e que pode avançar no que diz respeito a formação dos profissionais que vão atuar nesta área. Mas outro desafio surge quanto aos profissionais já formados pela

academia. A estes resta a aprimoração e incentivo para as formações continuadas, ou como alguns chamam as capacitações técnicas. A capacitação técnica dos professores emerge como um dos pilares fundamentais para a consolidação da Educação Inclusiva no Brasil, um país marcado por sua diversidade e complexidade socioeducacional. Quando a formação de professores não atende às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, gera um desafio que requer uma abordagem multifacetada, envolvendo tanto a teoria quanto a prática pedagógica e resta a estes profissionais buscarem uma formação complementar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com deficiência professores com especialização adequada para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns e . Nos anos 2000, após a publicação da Política Nacional de Educação Especial para Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) o Atendimento Educacional Especializado passa a ser o espaço privilegiado para o atendimentos dascrianças sujeitos da educação especial. Neste contexto, estas formações complementares devem fornecer a capacitação técnica dos docentes que não se limita apenas ao domínio de conteúdos específicos, mas também abrange o desenvolvimento de competências para criar um ambiente de 1145 aprendizagem inclusivo e acolhedor. Esta formação continuada deve permitir aos professores refletir sobre suas práticas, reconhecer e valorizar as diferenças individuais dos alunos e adaptar metodologias para atender à diversidade em sala de aula. Além disso, é essencial que os professores estejam equipados com recursos didáticos e tecnológicos que favoreçam a inclusão e a acessibilidade, permitindo que todos os alunos participem plenamente do processo educativo. Mas aqui a realidade revela que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Estudos revelam que muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com as demandas da educação inclusiva, o que pode ser atribuído a lacunas na formação inicial e continuada, bem como à falta de suporte institucional adequado. A capacitação técnica, portanto, deve ser encarada como um processo contínuo e dinâmico, que se ajusta às mudanças sociais e às novas demandas educacionais. Ela deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e uma disposição para inovar e experimentar novas abordagens de ensino. Somente assim será possível formar professores capazes de liderar a transformação para uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e celebre a diversidade como uma riqueza a ser explorada no processo de ensino-aprendizagem.

No Brasil, o Curso de Pedagogia – habilitação educação especial, era o encarregado pela formação de professores de educação especial, segundo consta no documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que diz ainda que esta habilitação teve por função preparar os professores para atuarem com alunos sujeitos da educação especial. Mas vale salientar que, desde a década de 1980, temos no país outro curso de Graduação que forma estes profissionais, qual seja, o curso de Educação Especial.

Para o implemento desses cursos e pretapação dos professoianis, é essencial que se vensa o desafio do apoio governamental que é fundamental para garantir que as políticas de inclusão sejam implementadas efetivamente. Isso inclui financiamento adequado para recursos didáticos especializados e infraestrutura acessível, bem como incentivos para pesquisa e desenvolvimento na área de educação inclusiva. A avaliação contínua dos programas de formação de professores também é vital para assegurar que eles estejam alinhados com as necessidades reais das escolas e dos alunos.

Em suma, a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil é um caminho complexo, que exige compromisso e colaboração entre diversos setores da sociedade. Com esforços conjuntos e uma visão clara de inclusão, é possível superar os obstáculos e formar educadores capacitados para construir um ambiente de aprendizado acolhedor e eficaz para todos. No entanto, lembremos que a educação no Brasil surge e se molda ao longo do tempo, especialmente entre os anos 1970 e 1980, como ferramenta de preparação de indivíduos para o mercado de trabalho e não de uma educação pessoal voltada para formação do cidadão, como nos faz lembrar Mazzili:

[...] às necessidades relativas ao desenvolvimento econômico do país, que vivia a época do “milagre”, suprimindo a mão-de-obra exigida pelo mercado de trabalho. Por outro lado, que “colaborasse” com a integração e segurança nacional através da formação dos estudantes. A reforma visava ainda maximizar os recursos financeiros destinados ao ensino superior, o que justificou a implantação do sistema de créditos e do ciclo básico”, (MAZZILLI, 1992).

A visão de uma educação voltada para o desenvolvimento, o tecnicismo e as necessidades da indústria nacional, privilegiaram esta educação que priorizava pessoas aptas para o trabalho, sem deficiências ou necessidades especiais, que não serviam para o mercado naquele momento. Porém, a escola continuava recebendo uma clientela diversificada que não sabia o que fazer com estes estudantes que não se enquadravam neste padrão exigido pelo mercado. Nas palavras de Silva:

[...] os cursos de Pedagogia acabam por formar especialistas desinteressados pelo processo pedagógico como um todo. Eles são na maior

parte das vezes técnicos com uma visão distorcida e parcelada da escola e revelam-se incapazes de enfrentar (até mesmo de entender) os problemas mais significativos da clientela com a qual trabalham, (SILVA, 1982).

A evidente dificuldade dos governos em atender as necessidades dos estudantes com deficiência e refletia na formação dos profissionais, mas com a crescente demanda forçou os governos a implementarem políticas públicas voltadas para este público. Porém, devemos ressaltar que essa problemática é tão complexa que temos outros desafios que permeiam estes citados anteriormente que dificultam sua implementação. Nesta perspectiva, como não falar do preconceito e a resistência de alguns educadores em mudar suas práticas pedagógicas para se adaptarem às necessidades de alunos com deficiências. Isso pode criar um ambiente escolar onde a inclusão é mais um ideal teórico do que uma prática vivenciada no dia a dia e para a qual não existe formação acadêmica, formação continuada ou política pública que tenha sucesso se os atores envolvidos estejam impregnados pelo preconceito. A falta de profissionais especializados também é um problema, pois há um déficit de educadores que possuem conhecimento e habilidades específicas para promover uma educação inclusiva efetiva. Para superar esses obstáculos, é necessário um compromisso coletivo que envolva políticas públicas eficazes, investimentos em infraestrutura e recursos, e uma cultura escolar que promova a inclusão como valor fundamental.

1147

Segundo Mendes, as possibilidades e os desafios para a formação continuada dos professores para ensinar crianças com deficiência, como os cursos de especialização, as oficinas pedagógicas, os grupos de estudo, as redes de troca de experiências, entre outras, vão além do ambiente das universidades, esta busca deve ser constante e não se limitar apenas as instruções regulares. Mendes cita ainda que as estratégias e os recursos didáticos que podem ser utilizados para favorecer a participação, a interação e a acessibilidade das crianças com deficiência nas atividades escolares, considerando suas especificidades e potencialidades, assim como projetos que privilegiem a interação e a participação de todos, tornar o material didático mais acessível, adaptando a fonte, por exemplo; utilizar material concreto, materiais visuais, auditivos e táteis; jogos e atividades lúdicas. Além dessas estratégias e metodologias, é importante que os professores tenham uma postura acolhedora, respeitosa e afetiva com os alunos com deficiência, valorizando as suas potencialidades e reconhecendo as suas dificuldades. Também é fundamental que os professores busquem formação continuada e parcerias com outros profissionais da escola e da família, para garantir um atendimento educacional especializado e um processo de inclusão efetivo (MENDES, 2020).

Mesmo na forma de avaliar a evolução dos alunos com deficiência deve-se adotar critérios equânimes para que ela possa ser justa, neste sentido Mendes sugere que as formas de avaliar o processo de ensino e de aprendizagem das crianças com deficiência, considere os objetivos, os critérios e os instrumentos adequados à diversidade dos alunos, bem como as formas de feedback e de intervenção pedagógica (MENDES, 2020). Para aprimorar a formação de professores voltada para a educação inclusiva no Brasil, é necessário adotar uma abordagem multifacetada que aborde tanto os aspectos teóricos quanto práticos da inclusão. Primeiramente, é essencial que os currículos de formação docente incorporem disciplinas específicas sobre educação inclusiva, que ofereçam não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades práticas para lidar com a diversidade em sala de aula. Isso inclui o desenvolvimento de competências para adaptar métodos de ensino e avaliação às necessidades individuais dos alunos, bem como a capacidade de criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e acessível a todos, mas sem perder o olhar individualizado sobre cada situação. Silva joga luz sobre essa discussão ao afirmar que:

A supremacia de uma determinada forma de se analisar e discutir a educação especial, na qual a anormalidade dita o “ser” dos sujeitos e as regras para a organização dos serviços, constitui-se em verdadeiras cartilhas e guias de ações para os trabalhos a serem desenvolvidos, fazendo com que esta área considere-se “especial” e que tenha regras próprias. Esse fato influenciou e influencia diretamente a formação dos profissionais da área, levando-os também a acreditar que são profissionais especiais, (SILVA, 2001).

1148

Além disso, é importante que os programas de formação de professores promovam a reflexão crítica sobre as atitudes e crenças em relação à inclusão, incentivando os futuros educadores a adotarem uma postura mais aberta e flexível. A formação deve também enfatizar a importância da colaboração entre professores, profissionais de apoio e famílias, para garantir uma abordagem holística e integrada que beneficie todos os alunos. A LDBEN define em seu artigo 62 – Título VI Dos Profissionais da Educação, que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, (BRASIL, 1996).

A formação continuada é outro aspecto crucial, pois permite que os professores em exercício atualizem seus conhecimentos e práticas conforme as novas descobertas e abordagens pedagógicas emergem. Workshops, seminários e cursos de especialização podem ser oferecidos para abordar temas específicos da educação inclusiva, como o uso de tecnologia assistiva, estratégias de diferenciação curricular e gestão de comportamento em uma sala de aula inclusiva.

A experiência prática também é um componente vital na formação de professores para a educação inclusiva. Estágios em escolas com programas de inclusão bem-sucedidos e a oportunidade de observar e interagir com professores experientes em inclusão podem fornecer insights valiosos e experiência prática. Além disso, simulações e estudos de caso podem ser utilizados para preparar os futuros professores para os desafios reais que enfrentarão em suas carreiras.

A pesquisa e a inovação devem ser incentivadas dentro dos programas de formação docente. Isso pode incluir projetos de pesquisa-ação que permitam aos professores investigar e desenvolver práticas inclusivas eficazes, bem como a colaboração com universidades e centros de pesquisa para explorar novas metodologias e recursos educacionais. Assim, em seu art. 63, a LDBEN determina que:

Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

1149

Por fim, é fundamental que haja um alinhamento entre as políticas públicas e as práticas de formação de professores. Isso significa que as diretrizes e legislações devem apoiar e refletir os princípios da educação inclusiva, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis e que haja um compromisso claro com a inclusão em todos os níveis do sistema educacional. Somente com um esforço coordenado entre instituições de formação, escolas, governos e a sociedade civil será possível realizar o potencial pleno da educação inclusiva no Brasil.

Para superar esses desafios, é essencial que haja uma mudança sistêmica que comece pela formação de professores. Os currículos de formação docente devem incluir componentes que abordem a educação inclusiva de maneira prática e teórica, preparando os futuros educadores para as realidades de um ambiente de aprendizagem diversificado. Além disso, é necessário investir na infraestrutura das escolas, garantindo que elas estejam equipadas para atender às necessidades de todos os alunos. A conscientização e o combate ao preconceito são fundamentais para criar uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a inclusão de forma genuína.

A colaboração entre os profissionais da educação e as famílias dos alunos também é crucial. Deve-se promover um diálogo constante e construtivo que permita a troca de experiências e o desenvolvimento de estratégias inclusivas eficazes. A formação continuada dos

professores em serviço é outra medida importante, pois permite que os educadores atualizem seus conhecimentos e práticas pedagógicas em consonância com as novas demandas da educação inclusiva.

Por fim, é imperativo que as políticas públicas sejam alinhadas com os objetivos da educação inclusiva, fornecendo o suporte legal e financeiro necessário para que as escolas possam implementar as mudanças requeridas. Somente através de um esforço conjunto entre governo, instituições educacionais, professores, alunos e a sociedade em geral, será possível superar os desafios da formação de professores para a educação inclusiva e, por conseguinte, promover uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores no Brasil sempre foi muito complexa devido a diversidade de sua população, os regionalismos, a própria formação cultural do país, entre outras questões, neste sentido, não poderia ser diferente quanto a formação desses professores para a educação inclusiva. Porém, no que se refere a educação inclusiva esta deficiência se torna muito mais agravante, pois existem fatores que são essenciais para que ela possa acontecer na escola. Entre estes principais obstáculos apontados por especialistas e citados por Mendes, estão a falta de uma política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva que oriente e articule as ações dos diferentes níveis e sistemas de ensino, e que estabeleça metas, indicadores e mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação; a insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares; inadequação dos currículos, das metodologias e das avaliações às necessidades dos alunos; a resistência e o despreparo de alguns profissionais da educação, que ainda têm uma visão segregacionista, assistencialista ou normalizadora da educação especial, e que não têm formação adequada para trabalhar com a diversidade em sala de aula e o preconceito e a discriminação por parte da sociedade.

No contexto atual, encontramos uma comunidade escolar despreparada para fazer a inclusão, pois muitos professores, gestores, funcionários e até mesmo alunos não possuem formação ou sensibilização adequadas para acolher e interagir com as pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Inclusive, em muitas escolas, verificamos que até em escolas onde temos a presença do apoio, ou do profissional para acompanhar os estudantes com deficiência ou aqueles que precisam de necessidades especiais. No final, o que verificamos é o

preconceito, a discriminação, exclusão e violência no ambiente escolar. Some-se a isso uma infraestrutura inadequada para atender as necessidades da educação inclusiva. É uma realidade para a qual o professor não foi habilitado para ela.

Diante de tudo que foi dito, é necessário que se invista em políticas públicas que fortaleçam a formação dos professores para a educação com crianças com deficiência no Brasil, articulando as dimensões teóricas e práticas, as diferentes áreas do conhecimento, as necessidades locais e as diretrizes nacionais e internacionais. Além disso, é preciso que se valorize o papel do professor como um agente transformador da sociedade, que contribui para a construção de uma cultura de respeito à diversidade e de promoção dos direitos humanos. Além disso, investir na articulação entre os diferentes níveis e setores da educação: a educação inclusiva requer uma política pública integrada e intersetorial, que envolva os diferentes níveis de ensino (da educação infantil ao superior), as diferentes modalidades de ensino (regular, especial, profissionalizante, etc.), e os diferentes órgãos e entidades responsáveis pela educação (Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais de educação, conselhos de educação, universidades, etc.). No entanto, muitas vezes há uma fragmentação e uma desarticulação entre esses atores, o que dificulta a implementação de ações conjuntas e eficazes para a promoção da educação inclusiva.

Por fim, destacamos que apesar das limitações, deficiências na infraestrutura, ausência de articulação nas ações e falhas nesta formação docente, a inclusão é um caminho sem volta, e aos trancos e barrancos ela vem acontecendo nas escolas. Muito por iniciativas isoladas e ações de empatia, promovidas em campanhas ou diante de uma necessidade momentânea. Mas que contam com a participação efetiva da comunidade escolar, que mesmo ainda deslocada do movimento, cada vez mais vem participando destas ações e se engajando em movimentos que visam a inclusão nas escolas. Existe uma curiosidade muito grande a respeito do tema e que mobiliza a comunidade escolar, é preciso capitanear esta demanda espontânea para ações mais efetivas e concretas.

Quando ao Estado é necessário que ele se empenhe mais na promoção de ações inclusivas, que garanta o acesso e promovam a participação das pessoas com deficiência no ambiente escolar, assim como uma melhor formação para os professores e uma política nacional de inclusão escolar. Estes pontos, além de uma nova política de infraestrutura das escolas são fundamentais para que a escola seja um ambiente mais inclusivo, não apenas porque a escola tem uma rampa para acesso aos espaços mais elevados do edifício, mas porque a prática naquele educandário é de

garantia de acesso aos espaços, de autonomia, independência e respeito por parte de todos. Que a inclusão seja feita em todos os sentidos a fim de garantir a participação de todos.

São por momentos como estes de participação da comunidade escolar em ações de inclusão que fazem nos entender que ainda há muito a ser feito, pois a inclusão não pode ser esporádica, ela deve ocorrer no dia a dia, em todos os locais, mais que isso, deve fazer parte da vida de cada um. Não pode ficar apenas no discurso, é necessário que aconteça, que se torne ação e reação para que possamos ter uma escola realmente inclusiva e garantidora dos direitos de promoção e de protagonismo dos seus discentes.

## REFERÊNCIAS

CORREIA, L. **Inclusão e necessidades educativas especiais. Um guia para educadores e professores.** Porto: Porto Editora, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. 1152

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 1992.

MAZZILLI, S. **A pedagogia além do discurso.** Piracicaba: Unimep, 1992.

MENDES, Rodrigo H. **Educação inclusiva na prática.** São Paulo: Editora Moderna, 2020.

MENDES, Eunicéia G. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, pp. 93-109.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** *Rev. Bras. Educ.* Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&nrm=iss](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&nrm=iss). Acesso em: 04 jul. 2019.

SANCHES, I., & TEODORO, A. **Procurando indicadores de educação inclusiva: As práticas dos professores de apoio educativo.** Revista Portuguesa de Educação, 2007.

SANTOS, M. A. dos; MENDES, E. G. (Orgs.). **Educação inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SILVA, T. R. N. da. **Algumas reflexões sobre os especialistas do ensino e a divisão do trabalho na escola**. In: Cadernos do CEDES. n. 6, São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, S. **Educação especial: entre a técnica pedagógica e a política educacional**. In: SILVA, S. e VIZIN, M. (Orgs.). Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB, 2001.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista; Edusf, 1999.

STAINBACK, S., & STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOLEDO, Elizabete Humai de; MARTINS, João Batista. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, 2009, Curitiba. Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: <[http://pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298\\_1675.pdf](http://pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298_1675.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2019.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 5-9 de março de 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. 1153

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.